

## **Relatório da reunião com o Governo/MPOG /ASSIBGE -SN**

Pelo Governo - O secretário de relações sindicais Duvanier de Paiva e dois assessores.

Pelo IBGE - O diretor Executivo Nuno, e os assessores Fernando Abrantes e Antônio Fernando.

Pelo Sindicato - Josélia Maria (PI), Pedro (DF), Walkíria (MG), Luiz Almeida (PR), Marlene (MA), Paladini (RS) e Susana (RJ).

O secretário inicia dizendo que retomava a reunião com a ASSIBGE e IBGE e que a demora ocorrida foi motivada pela mudança na composição da Direção do IBGE e posteriormente pela mudança ocorrida na Secretaria Executiva do MP. Reafirma que estava negociando conosco a pauta antes de 31/08, data limite do impacto orçamentário e que essa reunião era para reorganizar a pauta, lembrando que qualquer impacto nesta mesa negocial seria para 2013, mas que poderia discutir outros pontos sem impacto orçamentário. Adiantou que só está autorizado a negociar pautas com impacto financeiro a partir de fevereiro de 2012, com as categorias do funcionalismo e com ASSIBGE. Os representantes da ASSIBGE resgataram que embora tenham realizado reuniões com o governo e IBGE estávamos excluídos das revisões para 2012 (enviadas ao congresso em 31/08), mas que estávamos pleiteando nossa inclusão neste orçamento, na medida em que o relator do projeto orçamentário anunciou a sobra de 26 bilhões, para serem alocados. O secretário então afirma que conversou com Arlindo Chinaglia e o senador Acyr, que deram a indicação da sobra, mas que a área econômica não confirmou. Disse que a orientação do MP é que não tem mais inclusões no

orçamento, embora haja esta controvérsia entre executivo e parlamento. A seguir disse que o reajuste das carreiras consta do anexo V da peça orçamentária, enviada em 31/08.

A ASSIBGE então cobrou um compromisso do secretário caso houvesse a sobra no orçamento confirmada e ele disse que o orçamento é para todos os poderes e que outras categorias reivindicavam o mesmo e que para que qualquer inclusão fosse feita deveria vencer a óbice legal de inclusão pós 31/08, pois segundo ele a lei impede inclusões e somente o congresso poderia alterar a lei. A seguir disse que no mérito do que foi aprovado a outras categorias (incorporar parte da gratificação ao Vencimento básico) concordaria em incluir o IBGE para o orçamento 2013.

A ASSIBGE então resgatou o processo negocial que vinha sendo realizado com o Governo e IBGE, com a diretoria anterior, representada por Sérgio Cortes, que ocorreu antes e depois do dia 31/08 e reivindica a discussão do nosso salário e demais pontos, inclusive o GT de saúde, carreira e GQ, etc. Duvanier então explica que o processo negocial com o funcionalismo federal começou no início do ano quando os servidores se unificaram e queriam um índice linear e as pautas específicas, que representavam 40 bilhões e que o governo não dispunha destes recursos. Então o governo optou por atender as pautas específicas, identificando nestas a "prioridade da prioridade", num cenário de crise econômica e restrições orçamentárias e o IBGE acabou ficando de fora por falta de recursos e não por posição contrária ao mérito de suas reivindicações.

Segundo o Secretário, o governo nas negociações com as categorias incluídas para 2012, sinalizou o que quer para todas as carreiras, que é incorporar parte da gratificação no vencimento básico, por compreender que representa proporcionalmente um valor muito alto. Reafirmou que as categorias incluídas no

orçamento 2012 tiveram impacto pequeno, citando que a maior foi para professores universitários (ANDES), que não era recomposição, mas incorporação de gratificação (GEMAS), algo em torno de 4%. Que isso praticamente foi um adiantamento, já que seguem as negociações com esse setor em oficina de carreira e que esta negociação consumiu parte do orçamento do MEC para ser concretizada. Falou que existem outras oficinas de carreira instaladas para janeiro que é o caso dos Auditores, Policiais Federais e Rodoviários. Reafirmou que em relação aos salários a política será manter a política de gratificação produtivista, mas diminuir seu peso em relação aos salários.

A ASSIBGE volta a discussão no sentido de questionar o governo sobre a exclusão para 2012, pois o argumento de que nossa carreira é a mais bem estruturada e paga, não confere com a realidade. Resgatamos que quando o ex Presidente do IBGE negociou a mudança da categoria para um plano próprio, foi prometido uma situação salarial destacada, muito melhor que permanecer na carreira de C&T. Se de início houve uma melhoria salarial (2006 – maior para NS que NI e igual para INPI e INMETRO, que também saíram para carreiras próprias) a verdade é que a partir de 2008 os salários do nível intermediário ficaram iguais para as chamadas co-irmãs, como Fiocruz, C&T, INPI e INMETRO, e para o nível superior também (exceção de C&T) que era um pouco menor. Agora, com a inclusão para o orçamento 2012, Fiocruz, C&T, INMETRO passaram a ter vencimentos básicos maiores (e ganhos indiretos sobre isso) e Gratificações de qualificações para nível intermediário bem maiores (a menor passou a ser R\$700,00). A ASSIBGE citou outras categorias do funcionalismo que tiveram negociações e titulações na mesma ordem e vencimentos básicos maiores (FNDE, INEP, Tecnologia militar). Duvanier disse que várias categorias ficaram de fora, não foi só o IBGE, mas a ASSIBGE rebateu afirmando que só ficou de fora as co-irmãs das carreiras do núcleo de

gestão (os mais altos salários). Duvanier disse que a carreira grande do seguro social também teria ficado de fora, mas a ASSIBGE rebateu o argumento afirmando que houve da parte do governo uma política sistemática de valorização destes servidores, tanto que eles tinham os salários bem inferiores aos nossos e hoje bem superiores, embora tenham 70% de gratificação e 30% de vencimento básico. Que não estávamos nesta reunião contra a valorização e aumento de nenhuma categoria, muito pelo contrário, pois a valorização do servidor é essencial, mas que nos preocupava o olhar do governo em preterir e desvalorizar a carreira do IBGE. Duvanier disse que se o INSS ganhava mais gratificação que o salário era uma opção deles e repetindo que não havia por parte do governo nenhuma política de desvalorização do IBGE, apenas restrição orçamentária.

A ASSIBGE então passou a buscar o compromisso do governo para revisão salarial, mas o secretário disse que o compromisso que tem para 2013 é de dar o mesmo que as categorias contempladas em 2012 e sobre salários e carreira, que negociaríamos a partir de fevereiro para fechar até abril.

A ASSIBGE tentou garantir o compromisso do secretário com a revisão salarial para 2013, mas Duvanier disse que poderia garantir a negociação, mas não os resultados, pois isso dependeria do acordo entre as partes, que não deveríamos antecipar os fatos.

**Carreira/salários** - Haverá uma comissão paritária de 5 membros indicados pela ASSIBGE e 5 pelo IBGE para preparar uma proposta de revisão da carreira (conceitos, classes, padrões, desenvolvimento etc. e salários). Será instalada uma oficina de discussão sobre a nossa carreira, que ocorrerá no final de janeiro, com Governo, IBGE e ASSIBGE, cujo objetivo é sistematizar o debate, produzir compartilhamentos, cenários e um relatório para orientar as negociações. Em dezembro haverá uma reunião entre as partes para organizar a oficina.

**Gratificação de qualificação (GQ)** - A ASSIBGE enfatizou que desde 2008, quando foi alterada o número de horas de cursos para recebimento da GQ, deveria haver a regulamentação desta para o nível intermediário e a nossa proposta foi encaminhada a partir da discussão do Comitê de Carreira Interna, no Governo Lula e passados tantos anos os servidores estão sendo duplamente penalizados, pois quem não tem GQ recebe uma GDIBGE menor (que é uma aberração, pois não há relação entre a avaliação individual e institucional com a GQ) e, além disto, existem servidores que entregaram seus títulos com processos que se encontram parados até o momento presente, devido a falta de regulamentação da GQ. Que nossa reivindicação, portanto, era uma solução independente das demais categorias/carreiras, ou seja, um decreto próprio.

Duvanier disse que concordava e acertou com o IBGE que enviará a nova versão até o final de novembro para o posicionamento e publicação. A ASSIBGE questionou Duvanier sobre essa versão uma vez que no mês de março/2011 o ex diretor Sérgio Cortes já estava com uma versão, que foi alterada pelo comitê e enviada para a Secretaria e precisávamos saber que versão era essa. Duvanier disse que sabia deste informe e que o que será entregue a direção era a última versão, após as correções realizadas pelo MPOG. A ASSIBGE lembrou que era necessário prever o pagamento do retroativo, pois estes servidores já tinham seus processos pedidos há 3 anos, aprovados aguardando o pagamento. O Secretário disse que não sabia ao certo, mas o que deve valer "era o que pregava a lei".

A ASSIBGE reafirmou e cobrou do secretário que o decreto não era a Lei e sim uma regulamentação da Lei e que assim sendo não pode alterar, modificar ou prejudicar os servidores no seu direito, até porque não foi por culpa deles que não se regulamentou e sim por conta da Administração Pública. Duvanier disse que estará assegurado o que prevê a Lei concluindo que não sabia como estava no texto.

A ASSIBGE voltou a cobrar que essa versão passe pelo comitê, neste mês (se for diferente da proposta aprovada pelo comitê) para a apreciação.

**Indenização de campo** - A ASSIBGE retomou a discussão, uma vez que já havia acordo do Governo e direção anterior do IBGE com o pagamento e faltava fazer um levantamento orçamentário. Neste ponto o Diretor Nuno manifestou-se favorável, (da mesma forma como fez na reunião no RJ), mas que precisava estabelecer maior coerência e consistência para essa concessão, além da avaliação do impacto orçamentário. A ASSIBGE argumentou que a proposta é de que seja paga nos mesmos moldes dos colegas do Rio Grande do Sul que ganharam ação neste sentido, ou seja, além do que já se paga atualmente (rural do mesmo município), que se pague para qualquer deslocamento para outro município fora da sede onde se trabalha.

**Revisão das FGs** - A ASSIBGE reivindicou o reajustamento das FGs, lembrando que os valores são extremamente pequenos (de R\$200 a 400) e que isso não estimula ninguém a assumir uma função e a grande responsabilidade que acarreta. Duvanier disse que a ASSIBGE é a única categoria do funcionalismo que partilhou esse tema e causa até curiosidade no assunto. Ele vai avaliar, pois desconhecia os valores e a situação e nos posicionar em próxima reunião.

**Política de saúde/plano de saúde/auxílio saúde** - A ASSIBGE cobrou uma política de saúde por parte do governo, lembrando que os planos de saúde estão caros e os salários não acompanham, que existem servidores sem plano (4 mil no IBGE) e que não observamos nenhum movimento neste sentido. Duvanier discordou afirmando que o governo hoje tem um sistema de saúde (SIAAS), que está instalado no RJ, SP, MG, GO, DF etc. e que agregou os profissionais do serviço público em pólos de atendimento.

A ASSIBGE afirmou que conhece o SIAAS, já participou de palestras e eventos

sobre o sistema, mas não visualiza a política junto aos servidores. Duvanier então fala que há 3 eixos no SIAAS - Promoção a saúde (assistência social, qualidade de vida e exames periódicos), vigilância sanitária (verifica os ambientes de trabalho, insalubridade, periculosidade, etc.) e perícias médicas. Disse que a área médica antes do governo lula era negligenciada, mas agora é um departamento com recursos próprios, tanto para reformar instalações de atendimento, como para todos os programas a serem executados pelos pólos de atendimento. A ASSIBGE disse que reconhece que os exames médicos periódicos são importantes e fazia parte de pauta do sindicato, mas que a sua realização implica em uma política de acompanhamento dos seus resultados, como os casos crônicos de algumas doenças detectadas e a prevenção. Duvanier convidou uma assessora presente a e manifestar sobre o SIAAS e a ASSIBGE insistiu que os servidores do IBGE ainda não visualizam esses programas de saúde e propõe uma reunião específica sobre a saúde do servidor, até em função da comissão de saúde paritária que será instalada, com 3 membros do IBGE e 3 do ASSIBGE.

A ASSIBGE relata a situação dos problemas de plano de saúde caros, com contrapartida pequena do governo. Duvanier destaca os avanços ao longo do tempo dizendo que quando entrou na secretaria esse valor era de 24, passou para 42 e agora está entre 70 a 110 reais, por faixa etária e salarial. E isso significa uma valorização no tempo e que esses valores foram estabelecidos em reuniões com as empresas de auto-gestão (GEAP e outras). A ASSIBGE falou dos grandes preços, das co-participações e reivindicou reajustamento e política permanente de correção, pois todos os anos os planos tem direito a reajuste pela sisenalidade (uso) e inflacionário e os nossos não acompanhavam. O Secretário fala que esse tema é da mesa nacional de negociação e que os órgãos públicos deveriam fazer convênios com auto-gestão (GEAP) e não empresas que são mais caras. A ASSIBGE fala do

convênio que o IBGE está fazendo com GEAP, que será opcional, mas se preocupa com o alto valor de co-participação até em internação. O secretário afirma que há um novo dirigente no GEAP e que já conversou com ele que estas taxas precisam ser diminuídas. Não foram informados prazos para conclusão acerca da implantação do GEAP para o IBGE.

**Auxílio alimentação** - O Secretário frisou que este reajuste foi um dos maiores e que igualou o Brasil com mesmo valor. Que era em torno de 100 a 140 reais e foi para 340. A ASSIBGE cobrou reajustamento, pois a inflação (mercado e restaurantes) tem crescido muito e que é preciso acompanhar e atualizar, pois o atual valor não está comportando a refeição. Duvanier mais uma vez fala que é tema da mesa nacional, com todo o funcionalismo.

**Revisão das progressões de 2002/2003** - A ASSIBGE reivindicou uma solução para os servidores que foram prejudicados, uma vez que o estágio probatório impedia a progressão e quando eles entraram eram dois anos e passou para três. A lei mudou e esses ficaram em igualdade de condição com quem entrou nos concursos posteriores. Duvanier disse que não dominava o assunto, mas se comprometeu a estudar o caso imediatamente. A ASSIBGE lembrou que já existe uma solução para caso idêntico no Ministério Fazenda e o Secretário se comprometeu a estudar para tentar solucionar o caso.

**Periculosidade/insalubridade/penosidade** - A ASSIBGE reivindicou a regulamentação da penosidade (prevista para trabalhos em áreas de violência, problemas afetos a doenças, higiene e contaminação) e o secretário lembrou que o PL 2203 prevê a insalubridade e periculosidade. Como algumas entidades estão acusando o governo de pouco debate, será realizado um seminário sobre o tema e propõe a ASSIBGE participar novamente levantando o assunto, que precisa ser debatido. O seminário será 13/12. A ASSIBGE lembrou que há mais de vinte anos

essa discussão é levantada, mas nunca encaminhada por parte do governo.

**Concurso Público** - A ASSIBGE fez um histórico que o governo Lula restabeleceu a política de concursos para NS e NI, porém no IBGE a situação não foi bem assim. Falou dos concursos para NS realizados e do único de NI, em 2006 em quase 30 anos e da problemática que hoje está instalada no IBGE, com um grupo de servidores a beira de aposentar e sem perspectiva de concurso para Nível Intermediário. Que hoje o IBGE possui 3800 temporários fez processo seletivo para 2000 pesquisadores por telefone e mais 2000 que trabalharão a partir do próximo ano na PNAD contínua. Portanto no ano que vem poderemos ter de 6 a 7000 temporários e que isso é um desmonte do IBGE, uma calamidade para a qualidade dos trabalhos, sigilo das informações, desvalorização dos cargos de NI e para o futuro da instituição. A ASSIBGE citou que cerca de 25% dos concursados de NS e NI saíram da Instituição em busca de melhores salários. Além de concurso para o NI, a ASSIBGE também reivindicou uma política permanente de concurso para nível superior, eliminando a mão de obra de consultores que hoje ocupam vagas que deveriam ser de concursados e os 50% das vagas do último concurso de NS (por lei tem direito). Duvanier disse que louvava a atitude da ASSIBGE e de outras categorias que não tinham uma pauta apenas corporativa, mas que manifestavam preocupação com a situação de concursos, mas que essa não era uma agenda sindical, pois ele só tratava de salários e benefícios. Lembrou que o Governo Lula fez 160 mil vagas de concursos e que é política contínua de governo. Disse que inclusive neste período, onde está contingenciado os concursos, o governo Dilma está estudando caso a caso e autorizando. Que a negociação deverá ser feita na gestão, com a ministra e disse que tem certeza que se for reivindicado, o IBGE, como órgão do próprio Ministério do planejamento é prioridade.